

RESENHA

HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR E DO CURRÍCULO NO SÉCULO 20: ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO NO BRASIL

Tatiane de Freitas Ermel

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil



SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século 20: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira, v. 2).

O livro *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século 20: ensino primário e secundário no Brasil*, de Rosa Fátima de Souza, faz parte da coleção Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira¹. Composta por duas séries, a primeira é dedicada aos temas sobre educação e escolarização, a partir de registros temáticos mais amplos. Já na segunda, onde se insere o trabalho de Souza (2008), os objetos de análise fazem parte de uma ampla renovação nas práticas de pesquisa em história da educação, como por exemplo, a história da profissionalização docente, dos currículos, dos métodos e materiais de ensino.

¹ Outros livros publicados pela Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira, organizada pela editora Cortez são: GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. VICENTINI, Paulo Perin; LUGLI, Rosário. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009. FERRARO, Alceu Ravello. *História Inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009. BICCAS, Maurilane de Souza; FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da educação no Brasil 1926- 1996*. São Paulo: Cortez, 2009.

Constituída por três partes, a primeira é dedicada à escola primária, do início do regime republicano até a do ensino pela Escola Nova, nos anos 1930. A segunda, onde se faz um estudo da escola secundária, está dividida em dois segmentos: o primeiro se refere ao período da Primeira República e o segundo compreende os anos 1930 e 1960. A terceira e última parte destina-se à investigação da escola básica entre os anos 1960 e o final do século 20.

Ao elaborar este trabalho, a intenção principal da autora é “reconstruir a história do ensino primário e secundário no Brasil, no século 20, adotando como eixo norteador da análise dois aspectos: o currículo e a organização do trabalho escolar” (2008, p. 11). O estudo do currículo escolar, compreendido como uma construção histórica e social, pode promover reflexões sobre “o porquê a escola ensina o que ensina?”, assim como, “que tipo de indivíduo se deseja formar?” Essas questões básicas, entre tantas outras, justificam a proposta deste trabalho.

Em relação à escola elementar, a autora propõe mostrar como se consolidou o currículo moderno e seu prolongamento para a maioria da população, configurando a concepção de escola básica no final do século 20. No que diz respeito ao ensino secundário, visa demonstrar a passagem do predomínio das humanidades para uma ênfase na cultura técnica e científica.

Na primeira parte, destinada ao ensino primário no início da República Brasileira, cabe salientar a ênfase dada à redefinição dos conteúdos para o ensino das crianças. Os saberes elementares, leitura, escrita e cálculo, predominantes do século 19, passam a ser insuficientes para a formação do “homem moderno”. A regeneração do povo deveria ocorrer por via da escola primária de educação integral, que englobasse o intelecto, o corpo e a alma.

Proclamada a República, reformas estaduais de instrução pública se organizaram para um aumento do número de escolas e matrículas no ensino primário. Os alunos foram separados em séries, a partir da segmentação de diferentes níveis de conhecimento. Os prédios escolares

também foram reorganizados, sendo o modelo de grupo escolar almejado por grande parte dos Estados brasileiros. Os programas de ensino estabeleciam os conteúdos e como ensinar, criando uma série de regras para o corpo docente, acostumado até então a ministrar suas aulas com liberdade e com raras intervenções diretas dos governos dos Estados.

O programa de estudo para essa escola primária deveria ser praticável, uniforme e com ênfase na educação e formação do cidadão com amor à pátria, valores cívicos e nacionalistas. As matérias como Desenho, Trabalhos Manuais, Educação Física, História, Geografia, Instrução Moral e Cívica, assim como também as práticas de festas escolares, o escotismo e o canto orfeônico configuravam o ensino primário desde período. A importância da educação integral, com ênfase no estudante, foi uma das principais marcas do Movimento pela Escola Nova, nos anos 1930, em São Paulo assim como em outros Estados do país.

Na segunda parte da obra, a autora traz o estudo sobre o ensino secundário, destacando que este era restrito a um grupo social, expressando a distinção cultural de uma elite que prosseguia nos estudos superiores para a constituição de uma classe dirigente. No início do século 20, o ensino secundário foi, em grande parte, ministrado nas instituições privadas, sendo que o Estado mantinha poucos destes estabelecimentos. Havia uma predominância da formação literária em detrimento da científica. O currículo era mantido pela tradição dos colégios, locus de cultivo das humanidades, compreendido como ensino de latim e grego (Souza, 2008, p. 92). Era dada grande importância ao domínio da linguagem oral, ou seja, o “falar bem”.

Ao longo do século 20 temos a discussão constante entre a cultura literária, voltada para uma formação desinteressada das elites, e a formação de caráter científico, vislumbrada como vetor das mudanças e da modernidade. A ciência também era vista como conhecimento útil para a preparação do homem para o mundo do trabalho. Segundo Souza (2008), “a partir do século 20, a supremacia da cultura clássica seria cada

vez mais contestada na sociedade brasileira” (p. 105). O ensino secundário também foi contestado, nesta época, pela grande seletividade interna, exames orais e escritos, assim como por sua desarticulação com o ensino primário. No final da Primeira República há a discussão de suas finalidades, destacando a necessidade de uma reorganização geral, na busca por um equilíbrio entre os estudos literários e científicos.

A cultura escolar dos ginásios fundou-se nas normas disciplinares e no mérito. Os jovens paulistas que ocupavam os ginásios, no início do século 20, eram membros de uma elite econômica e intelectual, sendo, em sua maioria, homens que aspiravam ingresso ao ensino superior, aos cargos públicos, assim como também para a administração dos bens familiares. Os colégios paulistas buscavam a equiparação ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, símbolo de qualidade de ensino secundário no Brasil. Apesar de alguns movimentos renovadores pela conciliação dos estudos científicos e literários, permanece, em linhas gerais, uma educação secundária como expressão da cultura escolar destinada a poucos.

O período compreendido entre os anos 1930 e 1960 marca a consolidação e, ao mesmo tempo, uma redefinição da escola secundária no Brasil. As principais polêmicas deste período consistiam na divisão do curso secundário em ciclos, a flexibilização curricular, o ensino integral e a ênfase dada à formação clássica ou científica. Na Reforma Capanema (1942), o ensino secundário visava dar uma concepção do que era homem, o ideal de vida humana e a consciência da significação histórica da pátria. É mantido o privilégio da formação geral desinteressada, atendendo aos interesses dos grupos conservadores. Entretanto, a ação dos renovadores fazem com que a cultura científica e técnica e os valores mais utilitários ganhem força até culminarem na lei de diretrizes e bases de 1961, que elimina o Latim como disciplina obrigatória, assim como também flexibiliza o currículo.

Na última parte do livro, dedicada à escola básica, a autora coloca a ênfase da educação científica e técnica para o desenvolvimento brasileiro,

destacando as importantes transformações nos anos 1960 e 1970. A lei de diretrizes e bases, de 1961, flexibilizou os mecanismos de controle, conferindo aos Estados a competência para organizar seus sistemas de ensino. O Conselho Federal de Educação, criado pela LDB de 1961, indicava as disciplinas obrigatórias e optativas para o ensino secundário, sendo essas últimas de natureza técnica e vocacional. De um modo geral, os anos 1960 são ainda marcados por uma resistência da educação voltada para o trabalho. As disciplinas com este tipo de orientação não desfrutavam o mesmo prestígio daquelas relacionadas à cultura geral. As iniciativas de renovar o ensino secundário, nos anos 1960, não se generalizaram, mas prepararam o terreno para as grandes mudanças em âmbito nacional na década seguinte.

A reforma de 1º e 2º graus de 1971 marcou grandes transformações na cultura escolar, impactando no funcionamento das escolas e na organização didático-pedagógica do ensino elementar e médio brasileiro. Um dos aspectos mais importantes dessas mudanças foi a tentativa de eliminação da dualidade do sistema educacional, mediante a implementação de uma escola única de 1º e 2º graus, criando uma nova concepção de escola fundamental, que englobava 8 anos. Em relação ao ensino médio, a reforma instituiu o ensino profissionalizante obrigatório. Entretanto, uma década se passou e as inviabilidades desse propósito tornaram-se cada vez mais evidentes. Em 1982, o ensino profissional obrigatório em todas as instituições secundárias foi eliminado e criaram-se dois tipos de formação: uma geral e outra profissional.

De um modo geral, no fim dos anos 1970 e início dos 1980, marcados pelo processo de redemocratização do país, privilegiam-se os “saberes instrumentais para a vida social em conformidade com a sociedade urbano-industrial-tecnológica” (Souza, 2008, p. 285). Este contexto marca o deslocamento das humanidades para a cultura científica. O aumento quantitativo de alunos no ensino fundamental e médio, compreendidos por muitos como a democratização da escola básica, foi acompanhado por uma série de transformações curriculares e

pedagógicas. Era o momento de a escola adaptar-se ao estudante e não mais o contrário.

O livro apresenta um trabalho de fôlego, ao abarcar um longo período histórico, o século 20, com tantas transformações na história geral e brasileira. Apesar de reconhecermos as muitas especificidades do país, necessitamos estudos que se proponham fazer relações entre o regional e o nacional, demarcando assim, similitudes e diferenças na história educacional.

A temática desenvolvida é de interesse de muitos estudiosos dos currículos na atualidade. Portanto, saliento a sua relevância não apenas para os historiadores da educação, mas para um público mais amplo, mesmo para aqueles que não têm como foco a pesquisa histórica. Apesar de ser um trabalho denso, repleto de informações sobre a legislação e as diferentes reformas que ocorrem no Brasil, a linguagem clara facilita o entendimento. A experiência da autora² foi fundamental para o desenvolvimento de um estudo rigoroso, que não visa responder todas as questões sobre a organização do trabalho e do currículo no século 20, mas sim ser um desencadeador de novos questionamentos e reflexões sobre a educação brasileira.

TATIANE DE FREITAS ERMEL é graduada em História e estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS.
Endereço: Avenida Eduardo Prado, 1877 casa 75 - 91751-000 - Porto Alegre - RS.
E-mail: tati.ermel@yahoo.com.br

Recebido em: 13 de dezembro de 2010.
Aceito em: 27 de fevereiro de 2011.

² Rosa Fátima de Souza é professora do Departamento de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara. Autora de várias publicações, entre elas, a mais recente, *Alicerces da pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)*, de 2009, e outras de reconhecimento nacional como, por exemplo, *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)* e *Direito à educação: lutas populares pela educação em Campinas*.